

## Direcção-Geral da Saúde

**Despacho n.º 4771/2005 (2.ª série).** — 1 — Publicitou a Direcção-Geral da Saúde na bolsa de emprego público e no *Diário de Notícias*, de 30 de Dezembro de 2004, o procedimento destinado à selecção do titular do cargo de director de serviços de Prestação de Cuidados de Saúde, dando assim cumprimento aos procedimentos prévios estabelecidos pelo n.º 1 do artigo 21.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro.

2 — Analisadas as quatro candidaturas apresentadas à luz do perfil previamente definido para garantir a prossecução das atribuições previstas no n.º 1 do artigo 23.º do Decreto-Lei n.º 122/97, de 20 de Maio, decidiu-se que o concorrente José Alexandre de Figueiredo Baptista Diniz possui o perfil mais adequado às exigências do cargo, tendo em conta a maior e mais rica experiência profissional relacionada com a área de actuação respectiva, como atesta a nota curricular junta.

3 — Por isso, e nos termos dos n.ºs 3, 4 e 5 do artigo 21.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, nomeio o assistente graduado de clínica geral do quadro deste organismo mestre José Alexandre de Figueiredo Baptista Diniz, em comissão de serviço, pelo período de três anos, renovável por iguais períodos de tempo, no cargo de director de serviços de Prestação de Cuidados de Saúde desta Direcção-Geral.

4 — A presente nomeação produz efeitos a 1 de Março de 2005.

21 de Fevereiro de 2005. — O Director-Geral e Alto-Comissário da Saúde, *José Pereira Miguel*.

### Nota curricular

José Alexandre de Figueiredo Baptista Diniz nasceu a 2 de Março de 1952 em Lisboa.

É licenciado em Medicina pela Faculdade de Medicina da Universidade de Coimbra, membro do Colégio de Especialidade de Clínica Geral e possuidor do reconhecimento da competência em gestão de serviços de saúde pela Ordem dos Médicos.

Foi interno de policlínica básica no Hospital Distrital de Aveiro e no Centro de Saúde de Aveiro (1978-1980), prestou serviço médico à periferia no âmbito da Administração Distrital de Saúde de Aveiro (1980) e serviço militar obrigatório na Escola Prática de Cavalaria (1980-1981).

Foi médico policlínico no Hospital Distrital de Aveiro e no Hospital Distrital de Santarém (1981-1982) e ingressou na carreira médica de clínica geral (1982), sendo colocado no Centro de Saúde de Almeirim, no âmbito da Administração Regional de Saúde de Santarém.

Obteve o grau de generalista mediante provas públicas eliminatórias, com a classificação final de 18 valores, o grau de consultor mediante concurso de habilitação e prestou provas de habilitação à categoria de chefe de serviço da carreira médica de clínica geral, obtendo a classificação final de 18,5 valores.

Obteve o grau académico de mestre em Ética da Saúde, pelas Faculdades de Teologia e de Ciências Humanas da Universidade Católica Portuguesa, com a classificação final de *Muito bom e Máximo louvor (summa cum laude superavit)*.

Frequentou o Programa de Gestão Global para Quadros Dirigentes na Escola de Altos Estudos Comerciais da Universidade de Paris, estagiou em cuidados paliativos no Hospital Internacional da Universidade de Paris e realizou formação em «Dinâmica de equipas de trabalho e política de saúde pública» no âmbito da formação para a presidência portuguesa do Conselho da União Europeia e em *comités* e *comitologia* no processo político da Comunidade Europeia, no âmbito do Instituto Europeu de Administração Pública.

Foi orientador no exercício orientado em clínica geral, no internato complementar de clínica geral, e júri de avaliação no âmbito do Instituto de Clínica Geral da Zona Sul.

Desempenhou funções docentes em Escolas Superiores de Enfermagem, no Instituto Superior de Serviço Social, na Faculdade de Medicina da Universidade de Lisboa e na Escola Nacional de Saúde Pública da Universidade Nova de Lisboa.

Participou em grupos de investigação e publicou e comunicou, no País e estrangeiro, vários trabalhos na área da saúde.

Participou, a nível local, regional e nacional, no estudo e apoio na definição, desenvolvimento e execução da política e estratégias gerais para a saúde, no apoio técnico à cooperação internacional na área da saúde, na orientação, coordenação e fiscalização das actividades de prevenção da doença e da prestação de cuidados de saúde e em programas de intervenção em saúde.

Representou o Ministério da Saúde no Comité de Cuidados Paliativos do Conselho da Europa e nos Comités de Prevenção de Lesões e de Doenças Raras da Comissão da União Europeia, no Comité de Protecção Social do Conselho da União Europeia, no Conselho Nacional para a Reabilitação e Integração das Pessoas com Deficiência e na Entidade de Recurso Técnico Específico da Direcção-Geral da Administração Pública.

Recebeu louvores públicos, do Comando da Escola Prática de Cavalaria e da Comissão Instaladora da Administração Regional de Saúde de Santarém, pela sua actuação na área da saúde.

Foi director do Centro de Saúde de Almeirim (1986-1991), director de serviços de Cuidados de Saúde da Administração Regional de Saúde de Santarém (1991-1994), coordenador da Sub-Região de Saúde de Santarém, equiparado a subdirector-geral, no âmbito da Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo (1994-1996), e chefe de divisão de Doenças Genéticas, Crónicas e Geriátricas da Direcção-Geral da Saúde (1997-2005).

**Despacho n.º 4772/2005 (2.ª série).** — 1 — Publicitou a Direcção-Geral da Saúde na bolsa de emprego público e no *Diário de Notícias*, de 30 de Dezembro de 2004, o procedimento destinado à selecção do titular do cargo de director de serviços de Informação e Análise, dando assim cumprimento aos procedimentos prévios estabelecidos pelo n.º 1 do artigo 21.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro.

2 — Analisadas as cinco candidaturas apresentadas à luz do perfil previamente definido para garantir a prossecução das atribuições previstas no n.º 1 do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 122/97, de 20 de Maio, decidiu-se que o concorrente José Luís Castanheira dos Santos possui o perfil mais adequado às exigências do cargo, tendo em conta a maior e mais rica experiência profissional relacionada com a área de actuação respectiva, como atesta o *curriculum vitae* junto.

3 — Por isso, e nos termos dos n.ºs 3, 4 e 5 do artigo 21.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, nomeio o chefe de serviços de Saúde Pública do quadro deste organismo, Prof. Doutor José Luís Castanheira dos Santos, em comissão de serviço, pelo período de três anos, renovável por iguais períodos de tempo, no cargo de director de serviços de Informação e Análise.

4 — A presente nomeação produz efeito a 1 de Março de 2005.

### Curriculum vitae

Chefe de serviços de Saúde Pública do quadro da Direcção-Geral da Saúde.

Professor associado com agregação, convidado da Faculdade de Ciências Médicas da Universidade de Lisboa — Departamento de Saúde Pública.

### Habilitações académicas

Licenciatura em Medicina pela Faculdade de Medicina de Lisboa — 1974.

Curso de Saúde Pública da Escola Nacional de Saúde Pública — 1978.

Master of science em Saúde Comunitária pela Universidade de Connecticut, EUA — 1984.

Doutor em Medicina pela Faculdade de Ciências Médicas da Universidade Nova de Lisboa, em Administração de Saúde Pública, com distinção e louvor — 1990.

Agregado na Faculdade de Ciências Médicas da Universidade Nova de Lisboa — Março de 1997.

### Percurso profissional

Estagiário em Prática Clínica, de Outubro de 1973 a Dezembro de 1974 e interno policlínico, de Janeiro de 1975 a Fevereiro de 1976, no Hospital de Santa Maria. Interno em serviço médico à periferia, de Março de 1976 a Janeiro de 1977, em Aljustrel, Beja. Interno colocado no Serviço de Psiquiatria (Prof. Doutor Barahona Fernandes), Hospital de Santa Maria, de Fevereiro a Maio de 1977.

Subdelegado de saúde em Arruda dos Vinhos, Lisboa, de Junho de 1977 a Janeiro de 1984. Cumulativamente exerceu funções de delegado de saúde interino em Sobral de Monte Agraço, de Setembro de 1990 a Agosto de 1982.

Colocado no Núcleo de Saúde Pública da Administração Regional de Saúde de Lisboa, de Janeiro de 1984 a Dezembro de 1987. Coordenador do Núcleo, de Julho de 1984 a Abril de 1987. Membro da comissão coordenadora da implementação e desenvolvimento dos centros de saúde da Administração Regional de Saúde de Lisboa, durante o seu funcionamento, de Junho de 1934 a Dezembro de 1985.

Colaborador em tempo parcial da Direcção-Geral de Cuidados de Saúde Primários, Divisão de Saúde Infantil, de Junho de 1986 a Dezembro de 1988. Autor e coordenador de um projecto nacional visando promoção de saúde dos adolescentes.

Colaborador, em tempo parcial, do Departamento de Estudos e Planeamento da Saúde, de Abril a Dezembro de 1987.

Delegado de saúde no Centro de Saúde da Graça, Lisboa, de Dezembro de 1987 a Dezembro de 1988.

No quadro da Direcção-Geral dos Cuidados de Saúde Primários, desde Dezembro de 1988. Coordenador do Núcleo de Saúde dos Adolescentes, integrado na Divisão de Saúde Materna e Infantil.

Bolseiro do Hubert H. Humphrey North-South Fellowship Program, na The Johns Hopkins School of Hygiene and Public Health, Estados Unidos da América, 1989-1990.

Membro do grupo de trabalho interministerial para a revisão do sistema de promoção e cuidados de saúde escolar, de Novembro de 1990 a Julho de 1991.

Presidente do conselho directivo do Instituto da Juventude, Secretaria de Estado da Juventude, de Fevereiro de 1992 a Novembro de 1993.

Presidente do conselho de administração do Serviço de Prevenção e Tratamento da Toxicoddependência, Ministério da Saúde, de Março de 1994 a Março de 1997.

Director do Instituto Nacional de Saúde, de Março de 1997 a Novembro de 1999.

Director-geral da Saúde de Novembro de 1999 a Maio de 2001. Coordenador do Gabinete de Estudos Pós-Graduados da Faculdade de Ciências Médicas, desde a sua organização, em Outubro de 2001.

Docente em vários mestrados: Faculdade de Ciências Médicas (1992-1993, 1994-1995, 1997-1998, 1999-2000, 2002-2004 e 2004-2006), Faculdade de Farmácia de Lisboa (1997, 1998, 2002 e 2005), Universidade Aberta (1998, 1999, 2003, 2004 e 2005), Universidade Católica de Lisboa (1997) e Instituto Superior de Psicologia Aplicada (1998 e 1999).

Autor de 36 trabalhos.

21 de Fevereiro de 2005. — O Director-Geral e Alto-Comissário da Saúde, *José Pereira Miguel*.

### Centro Hospitalar de Torres Vedras

**Aviso n.º 2339/2005 (2.ª série).** — Nos termos do n.º 2 do artigo 33.º do Decreto-Lei n.º 437/91, de 8 de Novembro, publica-se a lista de candidatas admitidos ao concurso interno geral de acesso para a categoria de enfermeiro-chefe, aberto pelo aviso n.º 107/2005, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 4, de 6 de Janeiro de 2005:

Adémia Maria de Almeida Relvas.  
Hlídio Pagaimo de Matos.  
Luís Gonzaga Martins Qunental.  
Mapril Jorge da Costa Pinheiro.  
Paulo Jorge Gonçalves Pereira.

18 de Fevereiro de 2005. — O Administrador Hospitalar, *Silvano Monteiro*.

### Centro Regional de Alcoologia do Centro — Maria Lucília Mercês de Mello

**Aviso n.º 2340/2005 (2.ª série).** — 1 — Nos termos do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho, faz-se público que, por despacho do director do Centro Regional de Alcoologia do Centro — Maria Lucília Mercês de Mello de 21 de Fevereiro de 2005, no uso de competência própria, se encontra aberto, pelo prazo de 10 dias úteis, concurso interno de acesso geral para provimento de três lugares de assistente administrativo especialista, da carreira de assistente administrativo, do quadro de pessoal do Centro Regional de Alcoologia do Centro — Maria Lucília Mercês de Mello, aprovado pela Portaria n.º 1262/97, de 22 de Dezembro.

2 — Menção a que se refere o despacho conjunto n.º 373/2000, de 1 de Março: «Em cumprimento da alínea *h*) do artigo 9.º da Constituição, a Administração Pública, enquanto entidade empregadora, promove activamente uma política de igualdade de oportunidades entre homens e mulheres no acesso ao emprego e na progressão profissional, providenciando escrupulosamente no sentido de evitar toda e qualquer forma de discriminação.»

3 — Prazo de validade — o concurso visa exclusivamente o provimento dos lugares mencionados.

4 — Legislação aplicável:

Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho;

Decreto-Lei n.º 404-A/98, de 18 de Dezembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 44/99, de 11 de Junho.

5 — Requisitos de admissão:

5.1 — Gerais — os constantes do artigo 29.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho;

5.2 — Especiais — nos termos do disposto na alínea *a*) do n.º 1 do artigo 8.º do Decreto-Lei n.º 404-A/98, de 18 de Dezembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 44/99, de 11 de Junho, poderão ser admitidos ao concurso os assistentes administrativos principais

com, pelo menos, três anos na categoria e classificação de serviço não inferior a *Bom*.

6 — Remuneração, local e condições de trabalho:

6.1 — As condições de trabalho e regalias sociais são as genericamente vigentes para os funcionários da administração central, sendo o respectivo vencimento o estabelecido no Decreto-Lei n.º 404-A/98, de 18 de Dezembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 44/99, de 11 de Junho, e demais legislação complementar.

6.2 — O local de trabalho situa-se no Centro Regional de Alcoologia do Centro — Maria Lucília Mercês de Mello, Conraria, 3040-714 Castelo Viegas.

7 — Conteúdo funcional — compete genericamente ao assistente administrativo especialista o exercício de funções de natureza executiva, enquadradas em instruções gerais e procedimentos bem definidos, com certo grau de complexidade, relativas a uma ou mais áreas de actividade administrativa, designadamente contabilidade, pessoal, doentes, aprovisionamento, secretariado, arquivo, expediente e, ainda, controlo de trabalho e registo de dados.

8 — Método de selecção — nos termos do disposto do artigo 19.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho, serão utilizados como métodos de selecção a avaliação curricular e a entrevista profissional de selecção:

8.1 — Avaliação curricular — visa avaliar as aptidões profissionais dos candidatos na área para que o concurso é aberto, com base na análise do respectivo currículo profissional, e onde serão obrigatoriamente considerados e ponderados, de acordo com as exigências das funções, os seguintes factores:

- Habilitação académica de base, onde se pondera a titularidade de grau académico ou a sua equiparação legalmente reconhecida;
- Formação profissional, em que se ponderam as acções de formação e aperfeiçoamento profissional, em especial as relacionadas com as áreas funcionais dos lugares postos a concurso;
- Experiência profissional, em que se pondera o desempenho efectivo de funções na área de actividade para a qual o concurso é aberto, bem como outras capacidades adequadas, com avaliação da sua natureza e duração;

8.2 — Entrevista profissional de selecção — visa avaliar, numa relação interpessoal e de forma objectiva e sistemática, as aptidões profissionais e pessoais dos candidatos, sendo ponderados os seguintes parâmetros:

- Motivação para o desempenho das funções;
- Sentido crítico e clareza de raciocínio, em que se apreciará o espírito analítico e de síntese e a sequência lógica do raciocínio;
- Capacidade de expressão e fluência verbais;
- Sentido de organização.

9 — Os critérios de apreciação e ponderação da avaliação curricular, bem como o sistema de classificação final, incluindo a respectiva fórmula classificativa, constam de acta de reunião do júri do concurso, sendo a mesma facultada aos candidatos sempre que solicitada.

10 — A classificação final é expressa na escala de 0 a 20 valores, considerando-se não aprovados os candidatos que obtenham classificação inferior a 9,5 valores.

11 — Formalização das candidaturas — as candidaturas deverão ser formalizadas mediante requerimento dirigido ao director do Centro Regional de Alcoologia do Centro — Maria Lucília Mercês de Mello, Conraria, 3040-714 Castelo Viegas, enviado por correio registado com aviso de recepção ou entregue pessoalmente no Serviço de Pessoal nas horas normais de expediente.

11.1 — Do requerimento deverão constar os seguintes elementos:

- Identificação completa (nome, número, datas de emissão e validade e serviço emissor do bilhete de identidade, nacionalidade, estado civil, residência, código postal e telefone);
- Habilitações literárias;
- Indicação da categoria que detém, serviço a que pertence e natureza do vínculo à função pública;
- Pedido de admissão ao concurso, especificando o número e data do *Diário da República* que referencia a sua abertura;
- Quaisquer outros elementos que os candidatos entendam dever apresentar para apreciação do seu mérito;
- Enumeração dos documentos que acompanham o requerimento.

11.2 — Os requerimentos de candidatura deverão ser acompanhados da seguinte documentação:

- Curriculum vitae*, em triplicado, devidamente assinado pelo candidato, do qual devem constar, designadamente, as habilitações, as funções que exerce, bem como as que exerceu,